

Carta de Marília

Os delegados presentes ao VI Congresso da Adunesp S. Sindical, realizado de 6 a 9 de setembro, em Marília, com o tema “Organização dos trabalhadores em defesa da autonomia universitária”, analisaram a conjuntura nacional e a situação das universidades públicas, situando a Unesp neste cenário e traçando um plano de lutas para a categoria docente.

Também mergulhado em denúncias de corrupção, a exemplo do primeiro mandato, o segundo governo do presidente Lula apresenta a tentativa de consolidar as reformas neoliberais já promovidas e avançar nos pontos ainda reclamados pelo grande capital nacional e internacional, o que deve ser traduzido numa retirada ainda maior de direitos dos trabalhadores. A continuidade da reforma da Previdência é uma das metas, com a aprovação de medidas ainda mais restritivas à aposentadoria. A reforma universitária também prossegue, agora por meio do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que prevê uma maior precarização do trabalho docente nas universidades federais, com a instituição da figura do professor-equivalente. Para os servidores federais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê o agravamento do arrocho salarial, restringindo o reajuste a 1,5% além da inflação nos próximos 10 anos.

Antecipando o crescimento da reação dos trabalhadores à sua política, o governo também quer se cercar de instrumentos que o ajudem a limitar ou mesmo impedir as lutas que devem se intensificar no próximo período, o que se expressa, por exemplo, com a tentativa de regulamentar o direito de greve dos servidores públicos e com a aprovação das reformas sindical e trabalhista.

Diante da completa transformação da CUT em braço sindical do governo, inclusive apoiando suas medidas de ataques aos trabalhadores, como se deu na reforma da Previdência, o Andes – Sindicato Nacional, do qual faz parte a Adunesp, aposta no fortalecimento da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Os delegados presentes ao VI Congresso da Adunesp referendam essa iniciativa, já aprovada no congresso anterior da entidade, realizado em Assis, em 2005.

No cenário estadual, também se desenrolam fatos importantes para a vida da categoria. Logo em seus primeiros dias, o governo Serra deixou claro o início de uma nova etapa no projeto tucano para a educação pública, em especial para o ensino superior. Comprometendo diretamente a autonomia universitária, conquistada pela comunidade na greve de 1989, um conjunto de decretos fragmentou a educação em diversas secretarias e estabeleceu uma intervenção direta do Executivo nas universidades, inclusive com o controle de seus gastos, remanejamento de verbas e demais decisões diretamente pelo governo.

A forte reação dos estudantes, docentes e servidores, com suas ocupações, greves e manifestações, obrigou Serra a recuar e a esvaziar parte de

Associação dos Docentes da UNESP

suas medidas, por meio da edição do Decreto Declaratório 1. No entanto, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior, deixando evidente qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades. A não revogação dos decretos abre espaço para que o governador, numa situação política que considere mais favorável ao seu governo, volte a enquadrar as universidades. Ainda que insuficiente, a autonomia conquistada nas universidades estaduais vem sendo modelo para o restante do ensino superior público do país. Ao atacar a autonomia, Serra procurou, também, desviar a atenção da comunidade de uma luta central dos últimos anos, que é a batalha por mais verbas. Com isso, conseguiu manter somente os 9,57% do ICMS na LDO/2008. Assim, o movimento organizado nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, em defesa da autonomia e de mais recursos, deve permanecer alerta.

Em outra frente de ataque aos servidores, o governo Serra conseguiu aprovar a sua reforma previdenciária na Assembléia Legislativa, criando a São Paulo Previdência (SPPrev) e acenando com prejuízos ao funcionalismo. As alíquotas de contribuição, fixadas em 11%, podem ser elevadas a qualquer momento, bastando para isso que o governo edite uma nova lei; o valor das pensões será reduzido em até 30%; os gastos com aposentadorias e pensões passam a ser vinculados legalmente ao percentual destinado à educação e a outras áreas específicas.

Os vigorosos embates do primeiro semestre contra o governo Serra e o governo Lula não devem parar por aqui. Novos ataques virão, como parte da política neoliberal para a educação.

No plano interno, o cenário também é desafiador. A Unesp vive, hoje, o rescaldo de uma política que balançou suas estruturas nos primeiros anos do século 21. O acelerado processo de expansão sem verbas, previsto na cartilha do neoliberalismo para a educação nos países pobres, que teve como grande artífice o PSDB, na gestão Geraldo Alckmin, encontrou na administração unespiana, à época capitaneada pelo reitor José Carlos Souza Trindade, um entusiasta implementador. O expressivo crescimento da Universidade, com a introdução de sete campus e diversos novos cursos, agravou problemas já existentes – falta de professores, precarização do trabalho docente, falta de laboratórios e de assistência estudantil, entre outros – e criou muitos outros. Em 2008, por exemplo, a expectativa é que um terço do quadro docente da Universidade seja composto por professores substitutos. A situação das unidades diferenciadas, atualmente classificadas como campus experimentais, apresenta lacunas semelhantes, particularmente a falta de professores e funcionários e de laboratórios, e outras específicas, como é o caso da falta de democracia nas estruturas de poder local.

Para a Adunesp, a solução aos entraves nas novas unidades, bem como nas tradicionais, passa pela luta por recursos para o financiamento definitivo da

Associação dos Docentes da UNESP

expansão de vagas. A entidade defende o enquadramento pleno dos campus experimentais ao estatuto da Universidade, para que se tornem parte efetiva da Unesp, com a mesma estrutura pedagógica, colegiada e administrativa dos demais.

O VI Congresso analisa que, atualmente, a expansão apresenta novos formatos na Universidade, por meio de iniciativas extremamente discutíveis, como o ensino à distância e o empreendedorismo, este último apontado pelo reitor Marcos Macari como saída ao desemprego gerado pelo capitalismo em crise.

A introdução do ensino à distância, envolvendo cursos de graduação, pós-graduação, especialização, temáticos, atualização e extensão, aprovada em reunião do CO de 26/10/2006, dá-se sem qualquer debate sério a respeito. Não há um arcabouço pedagógico definido para tais cursos e não se sabe quais os impactos que podem ter no processo ensino-aprendizagem. Da mesma forma, não se tem idéia do custo de implantação de um programa como este.

Novamente, a Unesp submete-se às regras que sopram do mercado de forma absolutamente acrítica. Tais ações impulsionadas pela reitoria, embora fragmentadas, são parte da reforma universitária do governo Lula e refletem uma concepção mercantilista de universidade, apontando o caminho das saídas individuais.

Outra questão em pauta na Universidade é a avaliação docente, em tramitação no CEPE, baseada em conceitos que estimulam a “produtividade” individual. Para a Adunesp, a avaliação docente deve significar um estímulo ao aperfeiçoamento do professor no desempenho do ensino, da pesquisa e da extensão, socialmente referenciados e dentro do contexto da proposta pedagógica do seu curso. Esta avaliação deve ocorrer de forma permanente, democrática e transparente, a partir de critérios não produtivistas, tanto quantitativos quanto qualitativos, alicerçada num projeto global para a educação superior brasileira e este num projeto político para a nação.

Para os delegados presentes ao VI Congresso, o segundo semestre de 2007 apresenta à Adunesp a tarefa de estimular o debate sobre estas questões, bem como sobre outras que dizem respeito diretamente à vida da categoria e da Universidade. A pressão sobre o Cruesp, que se “esqueceu” do compromisso assumido durante a greve deste ano, de retomada das negociações frente ao crescimento da arrecadação do ICMS, é outra frente de batalha. A categoria não quer que o arrocho sobre os salários continue sendo fonte de financiamento para as universidades estaduais. Paralelo a esta luta, corre a ação organizada nos debates da Lei Orçamentária (LO), na Assembléia Legislativa, na tentativa de ampliar os recursos fixados em 9,57% na LDO/2008, e a preocupação com a reforma fiscal e tributária, que, ao extinguir o ICMS, poderá deixar as universidades estaduais paulistas sem qualquer dotação orçamentária garantida por lei.



Associação dos Docentes da UNESP

A aproximação das eleições para os órgãos colegiados coloca à Adunesp, novamente, o desafio de organizar um “chapão” de candidatos comprometidos com os interesses da categoria. A entidade considera importante participar efetivamente destes órgãos, denunciando quaisquer medidas que possam ser prejudiciais ao ensino público e atuando, de maneira uniforme e propositiva, em defesa do modelo de universidade pública de qualidade, com ampliação de verbas e financiamento pelo Estado; articulação e integração do ensino, pesquisa e extensão; combate à precarização do trabalho, às fundações e à privatização das instituições de ensino superior.

Em relação às eleições para reitor, em 2008, a Adunesp estimulará o debate e cobrará dos candidatos o posicionamento público em defesa do modelo de universidade historicamente defendido pela entidade, calcado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com garantia de financiamento público.

O VI Congresso representa um avanço na organização de base da entidade, em especial por aprovar um conjunto de propostas que apontam para a inclusão dos campus experimentais à Universidade, estimulando que seus docentes, funcionários e alunos unam-se ao conjunto da luta da comunidade acadêmica, além de explicitar uma pauta de reivindicações específicas dos professores daquelas unidades.

Os delegados presentes ao VI Congresso reafirmam a importância de construção e fortalecimento da Conlutas, inclusive no âmbito de cada subseção sindical, como representação nacional dos trabalhadores. Neste sentido, convocam os docentes da Unesp a se inserirem nas atividades convocadas pela Conlutas em reação às reformas, como é o caso da marcha a Brasília, marcada para 24 de outubro.

Os delegados presentes ao VI Congresso concluem seus trabalhos apontando à categoria a meta de fortalecer a sua entidade representativa, apostando numa saída coletiva para os problemas que se apresentam, na contramão do individualismo estimulado pela onda neoliberal. As deliberações aprovadas armam o Sindicato e a categoria com instrumentos para a luta, que passa pelo avanço da unidade dos três segmentos, pela unificação com os outros sindicatos de servidores das universidades públicas paulistas, dos servidores públicos em seus três níveis e dos outros trabalhadores contra os governos a serviço das elites, como parte da luta por uma nova sociedade.

Marília, 9 de setembro de 2007.